

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.474.023 - DF (2019/0092160-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
AGRAVANTE : CLEITON LOPES DA SILVA
ADVOGADOS : MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO - DF017256
ANTONIO EDUARDO CÂNDIDO NOGUEIRA E OUTRO(S)
- DF047082
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. IRRESIGNAÇÃO DEFENSIVA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. MENÇÃO TARDIA FEITA EM RECURSO POSTERIOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. Agravo conhecido para não conhecer do recurso especial.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por **Cleiton Lopes da Silva** contra a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que inadmitiu o recurso especial por ele apresentado, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, contra o acórdão proferido no Recurso em Sentido Estrito n. 2014.09.1.028757-4, assim ementado (fl. 448):

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. MATERIALIDADE COMPROVADA E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA.

1. Não cabe a impronúncia, quando há prova da existência do crime e indícios de autoria suficientes para que seja o réu levado a Júri Popular.
2. As dúvidas existentes acerca da prova, nessa fase, devem ser resolvidas pro *societate*, devendo o acusado ser submetido ao julgamento pelo Tribunal do Júri, juiz natural dos crimes dolosos contra a vida.
3. Recurso conhecido e desprovido.

Nas razões do especial (fls. 458/466), a defesa busca a impronúncia do acusado, alegando, em suma, que *ante os fatos narrados e as provas anexadas aos autos, não há indícios de autoria nos autos de que o acusado tenha participado o delito em apuração* (fl. 461).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 472/476), o recurso especial não foi admitido, por incidência da Súmula 284/STF (fls. 478/479). Contra essa decisão foi

interposto o presente agravo (fls. 482/492), com contraminuta ofertada à fl. 496.

O Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento do agravo para não conhecer do recurso especial (fls. 512/515).

É o relatório.

Observo desde logo que o agravante não apontou quais seriam os dispositivos legais supostamente violados no acórdão recorrido e, assim agindo, atraiu a incidência da Súmula 284/STF.

Com efeito, *a simples alegação genérica, desprovida da indicação de quais os dispositivos teriam sido efetivamente violados pelo Tribunal de origem, não é suficiente para fundar recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 284/STF* (AgRg no AREsp n. 720.214/SE, Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17/9/2015). Sendo, inclusive, *inviável indicação em recursos posteriores* (AgRg no ARE no RE nos EDcl nos EAREsp n. 252.217/ES, Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe 9/3/2015).

Do mesmo modo, a indicação tardia dos dispositivos de lei supostamente violados, *apenas por ocasião da interposição do agravo contra decisão que não admitiu, na origem, o recurso especial, não tem o condão de afastar a deficiência na fundamentação, pois, além de caracterizar imprópria inovação recursal, esbarra no óbice da preclusão consumativa* (AgInt no AREsp n. 1.061.267/MG, Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 27/4/2017).

Em reforço, cito:

[...]

4. O conhecimento do recurso especial pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente, **não suprimindo a omissão o apontamento posterior do artigo tido como ofendido. Incidência, por analogia, da Súmula n. 284/STF.**

[...]

(AgRg no AREsp n. 373.392/BA, Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 3/3/2015 – grifo nosso)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, II, *a*, do RISTJ, **conheço** do agravo para **não conhecer** do recuso especial.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

